

REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: LIMITES E DESAFIOS AO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR

GEOGRAPHICAL REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN AMAZON IN THE GEOGRAPHY TEXTBOOK OF THE 4TH YEAR OF ELEMENTARY SCHOOL: LIMITS AND CHALLENGES TO THE TEACHER'S PEDAGOGICAL WORK

Waldemir Rodrigues Costa Júnior 1
Zeina Rebouças Corrêa Thomé 2

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo analisar as representações geográficas sobre a Amazônia brasileira no livro didático de Geografia do 4º ano do Ensino Fundamental da Coleção "Buriti Mais" (Editora Moderna, 2017). Este estudo caracteriza-se como exploratório, de abordagem qualitativa-interpretativa, cujos procedimentos utilizados consistiram em pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico teve como base a abordagem sociopolítica e da Geografia Política acerca das representações sobre o espaço geográfico. Desde o período colonial, com os colonizadores e filósofos europeus, ao período atual, com o pensamento moderno e do Estado brasileiro, a Amazônia tem sido vista enquanto uma região exuberante e, simultaneamente, inóspita ou pouco povoada. No livro didático analisado, as representações da Amazônia são influenciadas por esse pensamento, com ênfase maior na geografia física, enquanto região natural, dissociada de sua geografia humana. Portanto, há ocultamento da diversidade sociocultural da região e as interações com a natureza.

Palavras-chave: Representações. Amazônia. Livro Didático. Geografia. Região.

Abstract: The main objective of this work is to analyze the geographic representations of the Brazilian Amazon in the Geography textbook of the 4th year of Elementary School of the "Buriti Mais" Collection (Editora Moderna, 2017). This study is characterized as exploratory, with a qualitative-interpretive approach, whose procedures used consisted of bibliographical and documentary research. The theoretical framework was based on a sociopolitical and Political Geography approach on representations of geographic space. From the colonial period, with the European colonizers and philosophers, to the current period, with modern thinking and the Brazilian State, the Amazon has been seen as an exuberant region and, at the same time, inhospitable or sparsely populated. In the textbook analyzed, the representations of the Amazon are influenced by this thought, with greater prominence in physical geography, as a natural region, dissociated from its human geography. Therefore, the region's sociocultural diversity and interactions with nature are hidden.

Keywords: Representations. Amazon. Textbook. Geography. Region.

- 1 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PPGEDA UFAM). Mestre em Geografia (UFAM). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor Assistente na UFAM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3638469729288010>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7039-4576>. E-mail: junior.wrc@gmail.com
- 2 Pós-Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Doutora em Engenharia de Produção – Mídia e Conhecimento (UFSC). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Pedagogia (UFAM). Professora Titular aposentada da UFAM. Docente nos Programas de Pós-Graduação em Educação – PPGE (UFAM), em Educação na Amazônia (PPGEDA UFAM) e em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1255254917732447>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2132-8713>. E-mail: zeinathome@gmail.com

Introdução: Amazônia – um território a (re)pensar

Este trabalho reflete os resultados de pesquisas desenvolvidas em nível de Doutorado, na área de Educação. No decorrer dessas pesquisas, têm sido constatados diversos problemas educacionais na/da Amazônia brasileira, em especial o pensamento social construído sobre a região por diversos intelectuais que, desde o período colonial aos dias atuais, contribuíram para a construção de um discurso polissêmico sobre a região. E esse discurso tem influenciado a construção de representações geográficas sobre a Amazônia nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental.

A expressão Amazônia assume uma multiplicidade de significados e sentidos, pois se trata de uma palavra polissêmica e polifônica que “pode assumir ares de geografia, de história, de uma região longínqua, de um lugar idealizado” (SILVA; MASCARENHAS, 2018, p.204). Essa expressão tem figurado no mundo contemporâneo como um dos mais pronunciados, ficando atrás apenas de nomes como Jesus Cristo e Coca-Cola (MENDES, 2001 apud ARAGON, 2018). Há diferentes visões que foram se formando sobre o território hoje conhecido como Amazônia, mas que antes de ser assim denominado, era ocupado por diferentes povos (BUENO, 2002).

Desde o processo de colonização, a Amazônia tem figurado no centro das atenções mundiais em razão de diversos superlativos, que a região passou a agregar, tais como: a maior floresta tropical úmida do mundo; bacia hidrográfica; reserva de biodiversidade; banco genético; província mineral. Essas características fariam da Amazônia um “Laboratório natural” com grande potencial para a expansão do conhecimento e experimentos científicos em diversas áreas, além de inovações farmacêuticas e economia promissora (ARAGON, 2018; RIBEIRO, 2018).

As imagens construídas sobre a Amazônia, quanto aos seus aspectos materiais são antigas e perduram, desde o século XVI com os relatos dos viajantes naturalistas, ao século XXI, em que a região é representada entre o encantamento e o estranhamento, a partir da noção de *exotismo*, seja como um *paraíso verde* seja ainda como um *inferno verde*. Nesse sentido, a região sempre foi vista como uma fonte de riquezas naturais para satisfazer às “necessidades” externas, inicialmente dos portugueses, no período colonial, depois dos brasileiros, com as políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro nos anos 1960 e, mais recentemente, quando a região adquire importância diante de paradigmas como biodiversidade e sustentabilidade (STEINBRENNER, 2009).

Este trabalho tem por principal objetivo analisar as representações geográficas sobre a Amazônia brasileira no livro didático de Geografia do 4º ano do Ensino Fundamental, da Coleção “Buriti mais” da Editora Moderna (2017), considerando a região em sua escala geográfica e contexto histórico de formação territorial, evidenciando a necessidade de se tratar, nos livros didáticos, da sua diversidade social e cultural no contexto de uma educação na Amazônia, que respeita e valoriza as singularidades de seus povos, sua cultura e sua diversidade social.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como exploratório, com abordagem qualitativo-interpretativa. O estudo exploratório configura-se como investigação empírica cuja finalidade é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 1999, p.43) visando à formulação ou esclarecimento de problemas/questões, propiciando a construção de hipóteses (DENCKER; DA VIÁ, 2002). Os procedimentos utilizados consistiram em levantamento e análise bibliográfica e documental. Através dessa abordagem, objetiva-se compreender o processo de formação territorial e a construção de imagens sobre a região.

Por conseguinte, foi selecionado um exemplar de livro didático de Geografia da Coleção “Buriti Mais”, da Editora Moderna (2017), visando-se a análise das representações sobre a Amazônia brasileira. O referencial teórico teve como base a Geografia Política e a abordagem sociopolítica das representações sobre o espaço, a fim de traçar as imagens (re)construídas sobre a região. Constatou-se que, desde o período colonial, a Amazônia tem sido (re)inventada, desde a visão dos colonizadores e filósofos europeus ao pensamento dos intelectuais modernos e Estado brasileiro, no período atual, com diferentes representações e adjetivações, enquanto uma região exuberante

e, ao mesmo tempo, inóspita ou pouco povoada.

A Amazônia brasileira e sua complexidade: diversidade, representações e educação

A primeira condição que se coloca na discussão sobre representações geográficas da Amazônia brasileira, nos livros didáticos de Geografia, é a questão da escala geográfica e o contexto histórico de formação da região. Como se caracteriza a Amazônia brasileira, do ponto de vista territorial? Quais as suas dimensões? Ou ainda, de qual Amazônia estamos falando? Na literatura, utiliza-se diferentes termos para se referir à região, como Pan-Amazônia, Amazônia continental, Amazônia sul-americana e, entre outros, Grande Amazônia.

Segundo Aragón (2018) a Amazônia tornou-se foco a nível nacional e global, pois a região encontra-se no centro das atenções no mundo inteiro. A sua dimensão internacional pode ser abordada tanto em nível regional quanto em nível global. No nível regional refere-se ao compartilhamento entre países como Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Porém, quando se discute Amazônia, em algumas dessas nações, o termo refere-se à Amazônia do próprio país. No nível regional, a dimensão internacional da Amazônia é delimitada pelos critérios hidrográfico, ecológico e político-administrativo. A extensão da região varia de acordo com cada critério, sendo a maior delimitação pelo critério político administrativo.

Já em nível global, a dimensão internacional da Amazônia relaciona-se ao modo como a região encontra-se no centro das atenções em todo o mundo em razão de sua importância quanto às questões climáticas e aos seus recursos naturais cobiçados pela economia mundial. Esse debate relaciona-se à questão da mercantilização dos recursos naturais da região (BECKER, 2005), o que, segundo Aragón (2018), transformou a Amazônia numa marca global, cuja expressão “Amazônia” ganha um valor simbólico em termos de meio ambiente, ecologia, índios, povos tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação etc. Nesse sentido, conforme o autor, ao se tornar marca, a região foi transformada em diferentes produtos que possuem tanto existência material quanto engloba um significado simbólico contido na própria palavra Amazônia.

A Amazônia brasileira, com área de 5,5 milhões de Km², formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, transpassa esses dois níveis da sua dimensão internacional. Compreende-se que a Amazônia brasileira não é um espaço estático, pois sempre passou por diversos processos de transformação, seja na sua fauna ou flora, seja pelas ações humanas sobre a natureza quando, desde o período colonial, foi marcada pela busca e exploração das riquezas naturais (COLARES, 2011).

A geopolítica¹, de acordo com Bertha Becker (2005), foi a base do processo de ocupação e povoamento da Amazônia, desde o início da colonização, com participação das ordens religiosas e expedições militares na formação de vilas e cidades, ao século XX e início do XXI. Os padrões de localização dos novos núcleos urbanos foram configurados ao longo de rodovias, quando o processo de expansão capitalista englobou a Amazônia, transformando-a em “fronteira do capital”. Essa fronteira foi criada pelo capitalismo de modo amplo na região, o que envolveu vários atores sociais com propósitos, ações e conflitos variados. Trata-se da integração da Amazônia mediante a implantação do capital na região e pela onda de força de trabalho que a região atraiu no curso do século XX. No plano ideológico, o Estado brasileiro utilizou como dispositivo o discurso oficial do “vazio demográfico” para sustentar a política de integração e desenvolvimento da região (BECKER, 2005).

No entanto, essa integração atendia aos propósitos da burguesia nacional e estrangeira e foi efetivada pelo Estado brasileiro, que investiu maciçamente na infraestrutura e implementou políticas alinhadas a estes propósitos, criando: o PIN – Plano de Integração Nacional e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e respectivos projetos de colonização ao longo da Rodovia Transamazônica e da BR 364; a interligação entre Belém e Sudeste do Brasil, através de Brasília, para favorecer a exportação de matéria-prima da Amazônia para o Sudeste e o consumo de

¹ Ramo do conhecimento científico que tem como objeto de análise as relações entre espaço e poder (BECKER, 2005).

produtos industrializados do Sudeste pela Amazônia; a criação de rodovias para Porto Velho (BR 364) e para Santarém (Cuiabá-Santarém); implantação dos grandes projetos hidrelétricos, agropecuários e de mineração; a criação da SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus (Decreto Lei n.288, de 28 de fevereiro de 1967) e respectivo distrito industrial (CORRÊA, 1987).

Para Bertha Becker (2005), a Amazônia foi marcada por profundas mudanças estruturais nas últimas décadas do século XX, entre as quais podem ser destacadas: 1) a conectividade regional, que envolve elementos como: estradas, as quais trouxeram vários impactos negativos aos recursos naturais e à sociedade; as telecomunicações, que possibilitaram articulações locais/nacionais e locais/globais; 2) a economia, que passou do extrativismo à industrialização, em razão da exploração mineral e da Zona Franca de Manaus; 3) o padrão de povoamento regional, que passou a se localizar não mais às margens da rede fluvial, seguindo o padrão dendrítico, isto é, dos rios amazônicos, mas sim ao longo de rodovias e estradas; e, na acentuada mobilidade espacial ligada ao processo de urbanização. O crescimento demográfico na região foi marcadamente urbano, em que 70% da população passou a se concentrar em núcleos urbanos, tornando a Amazônia, nas palavras de Becker (2005), uma “floresta urbanizada”.

É nesse breve contexto histórico de formação territorial da Amazônia brasileira que podemos situar o debate das representações geográficas. Esse debate é complexo, cujo enfoque varia de um campo de conhecimento a outro na Geografia. Para Debarbieux (1998), a representação diz respeito à construção de figuras concretas e ideias que se manifestam em quadros próprios de existência, porém fazem referência a elementos e fatos, eventos ou manifestações da realidade. Conforme o autor, a imagem constitui o universo das representações e sempre está relacionada ao espaço, à paisagem e ao lugar, adquirindo existência própria quanto à sua produção e composição. O sentido e as formas com que a imagem é expressa são diversos, pois esta pode ser predominantemente visual (como ocorre na cultura ocidental), mas também sonora, degustativa ou da memória (GOMES, 2008).

Na Geografia as representações são tratadas a partir de um enfoque específico em cada campo de pesquisa, das quais se destacam, para os propósitos desta pesquisa: a abordagem da Geografia Política, cujo foco é o estudo de como a realidade é produzida a partir das imagens construídas enquanto instrumentais sociopolíticas de domínio dos grupos; a abordagem sociopolítica das representações – tem por objeto de estudo como as imagens de um dado espaço se modificam em conformidade com o seu contexto histórico de ocupação, pois outros grupos sociais já construíram representações sobre seus lugares bem antes de outros grupos dominantes produzirem imagens, visando o domínio político sobre o espaço (DEBARBIEUX, 1998).

Sendo assim, com base na Geografia Política e na abordagem sociopolítica das representações, pode-se afirmar que a Amazônia, desde os tempos pretéritos, sempre foi representada por seus povos a partir dos seus modos de vida singulares estabelecidos na relação com a natureza amazônica. Contudo, as representações geográficas sobre a Amazônia, a partir do olhar europeu, ainda são imperativas, tornando-se predominantes, desde o período colonial aos dias atuais, como resultado não só do processo de colonização e do domínio do território amazônico pela Coroa portuguesa como também dos diferentes modos com que a região foi sendo inserida no modo de produção capitalista.

O repertório de conhecimentos sobre a Amazônia envolve um universo amplo e diversificado de campos da ciência, do pensamento e das políticas públicas que apontam para o fato de que a região tem sido pensada de dois modos distintos no curso de sua história: de um lado, uma Amazônia vista “de fora para dentro”, que se configura por um pensamento moderno, de bases europeias, cujas origens remontam às noções que polarizaram o mundo a partir de ideias preconceituosas, ainda presentes nos dias atuais (PINTO, 2006). Por outro lado, tem sido construído “de dentro para fora”, o pensamento sobre a Amazônia em sua pluralidade e complexidade que considera a sua diversidade sociocultural e a polifonia de vozes de diferentes sujeitos e grupos sociais, emergindo daí as múltiplas Amazônias (BELTRÃO; LIMA, 2017).

Para Anselmo Colares (2011), o que hoje se entende por “Amazônia” é uma criação no plano das ideias, um conceito arbitrário, repleto de várias intencionalidades e historicidade. Conforme Gondim (2007), esse território como hoje é conhecido foi uma invenção dos colonizadores europeus e, portanto, não era assim designado antes de sua ocupação pelos povos nativos. Nessa

perspectiva, a visão da Amazônia remonta ao século XVI, quando do início de sua colonização, pois foi a partir desse momento que a região passou a ser vista como repositório de riquezas e em suas dimensões superlativas que sempre assombraram ou maravilharam vários exploradores, que exaltaram a sua paisagem natural (GONDIM, 2007).

O imaginário construído sobre a Amazônia, quanto à sua gente, à sua cultura e às suas paisagens, foi assim construído, primeiramente, a partir de uma visão europeia no decorrer do seu processo de conquista, expansão territorial e exploração, e, por conseguinte, foi sendo ressignificada até a atualidade. Segundo Renan Pinto (2006), o pensamento ocidental sobre a Amazônia, vista como espaço típico do Novo Mundo, remonta ao início da filosofia do mundo moderno, quando a região figurou no campo das ideias em torno de temas como sociedade e Estado, desigualdade entre homens e povos, e novas geografias. Esse pensamento que concebeu a Amazônia como espaço natural e cultural atravessou mais de cinco séculos, produziu e reinventou de modo persistente várias percepções sobre a região. As origens desse pensamento remonta a diversos pensadores de diferentes matrizes de pensamento filosófico e social, desde os universais (Montesquieu, Hobbes, Buffon e Hegel) até aqueles mais diretamente vinculados à Amazônia, através de sua obra e pensamento como La Condamine, João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Spix e Martius, Alfred Wallace, Bates, Luiz e Elizabeth Agassiz, Robert Avé-Lallemant, Euclides da Cunha, Araújo Lima, Arthur Reis, André Araújo, Charles Wagley e, entre outros, Djalma Batista. Autores estes que influenciaram na formação de um pensamento acerca da natureza amazônica e suas relações com o homem (PINTO, 2006). O Quadro 01 sintetiza as principais ideias construídas por alguns desses pensadores:

Quadro 01. Principais ideias/imagens dos pensadores europeus sobre a Amazônia

AUTOR	IDEIAS/IMAGENS
Montaigne, em <i>Os Canibais</i>	Vida dos “selvagens” (eurocentrismo e etnocentrismo). Conhecimento de povos distantes como contribuição para melhoria da organização política das nações da Europa.
Buffon	Condicionamento geográfico e climático determina a evolução do Novo Mundo (vida animal, vegetal e humana). Grupos indígenas: portadores de costumes selvagens; classificados entre os povos mais primitivos. Parâmetro da civilização: homem branco europeu. Quanto mais escura a cor da pele, mais longe do padrão do civilizado. Vale amazônico dificulta a civilização e humanidade, estando em estágio anterior ao da civilização europeia. Amazônia: experimento da natureza em formação; suas condições geográficas são desfavoráveis ao desenvolvimento da vida natural e humana.
Hegel, nos cursos de <i>Filosofia da história universal</i>	Referência ao vale amazônico praticamente reproduz argumentos e explicações próximas às de Buffon Condições geográficas: importantes para desenvolvimento cultural e da civilização. Acreditou ter identificado entre os animais a inferioridade característica do indígena.
Michel de Montaigne/ Thomas Hobbes/ John Locke	Fatores climáticos e geográficos acrescidos de altas temperaturas, umidade e solo desfavorável seriam as causas da debilidade, indolência e preguiça inata dos nativos da Amazônia.

Fonte: (PINTO,2006) e (RIBEIRO,2018). Organizado pelos Autores (2020).

Como se observa, esses filósofos europeus contribuíram na construção de imagens da

Amazônia brasileira e que chegaram a influenciar, inclusive, pensadores brasileiros. Cita-se Alexandre Rodrigues Ferreira, um naturalista brasileiro, cujos escritos em *A Viagem Filosófica*, traz uma forma de pensar a Amazônia inspirada nas ideias de Buffon, numa visão negativa do espaço e dos povos da região, chegando a propor o estudo destes como um segmento da história natural. Essas abordagens não deixam de suscitar ideias sobre a Amazônia relacionadas ao racismo, ao exotismo e ao progresso, e chegam a favorecer, inclusive, uma autoexotização da região (PINTO, 2006).

Ribeiro (2018), em sua tese de doutorado, também evidencia as narrativas das primeiras expedições desbravadoras da Amazônia, que atravessaram o vasto curso fluvial, documentaram informações e conhecimentos sobre as técnicas indígenas/nativas de manejo florestal, uso diferenciado de produtos naturais medicinais, além da riqueza de tipos de madeira para embarcações, habitações e artefatos, e outras invenções. Para o autor, outro atrativo dessas expedições foram as ideias de uma paisagem exuberante, concebendo a Amazônia como um “campo de investigação” teórico e prático almejado pelas expedições científicas europeias. A Amazônia era reconhecida assim como um “Laboratório Natural”, o qual contribuiu com a visão de natureza oferecida pelos povos nativos como alternativa aos países civilizados (RIBEIRO, 2018).

Desde o início da colonização, a Amazônia sempre figurou no imaginário de uma natureza cheia de elementos extraordinários e, com isso, a região passou uma época de revelação (GONDIM, 2007). Nesse período, as expedições disseminavam projeções sobre a região a partir da presença do “mirabilis”, do mágico, do sobrenatural, do encantamento, do extraordinário e maravilhoso. Essas representações construídas pelos naturalistas viajantes ensejou no imaginário europeu um universo mental sobre a Amazônia enquanto mundo longínquo ou “contramundo”, em que se inventou uma realidade que foi sendo atualizada e ampliada por falta de conhecimento geográfico, físico e humano da região. Tudo se entrecruzou: relato, crônica, narrativa e diário de viagem, configurando uma literatura híbrida ou interdisciplinar na qual se imbricam literatura de ficção e realidade, crônicas e relatos científicos, memória e biografias. Estes foram se disseminando e se reforçando, tornando-se um registro oficial, num conjunto de imagens com representações almejadas, porém imaginárias e flexíveis (RIBEIRO, 2018).

Contudo, a partir de meados do século XVIII, essa imagem da Amazônia atrelada ao maravilhoso e extraordinário foi sendo transformada a partir de uma nova cosmovisão (copernicana) e pela expansão do colonialismo europeu. Assim, a imagem da região sofre nova roupagem, sendo composta de características singulares, em razão do surgimento de outros critérios de veracidade e novas formas de construção dos relatos escritos. Novos escritos substituem o termo “maravilhoso” e “extravagante” por um olhar estabelecido a partir do paradigma do cientista, que busca praticar o seu aprendizado no “Laboratório Amazônico”. Assim, passou-se a buscar, através das expedições científicas, o estilo simples da verdade, oriundo das ciências naturais. O foco das viagens “filosóficas” ou científicas à Amazônia passou a ser o inventário e a localização das riquezas naturais (RIBEIRO, 2018). O Quadro 02 sintetiza as ideias e informações mais correntes sobre a Amazônia entre os naturalistas viajantes.

Quadro 02. Principais ideias/imagens entre os naturalistas viajantes sobre a Amazônia

AUTOR	IDEIAS/IMAGENS
La Condamine, em <i>Viagem pela Amazônia</i> (1735-1745)	Papel do conhecimento indígena em torno da quina, borracha e plantas tropicais exóticas.
Alexandre Rodrigues Ferreira, em <i>Viagem Filosófica</i> (1783-1792)	Informações sobre modo de vida indígena, costumes, cultura, técnicas, riquezas minerais, fauna, flora, relevo, tipo de vegetação, raízes, cascas, folhas, flores, frutos etc.
Alfred Wallace, <i>Viagens na Amazônia</i>	Estranhamento diante da Natureza Amazônica ou do Novo Mundo. Visões dos índios/nativos como selvagens desprovidos de inteligência e civilização inferior.

Fonte: RIBEIRO (2018). Organizado pelos Autores (2020).

Como se observa, o que se identificou e se construiu sobre a Amazônia pelos naturalistas viajantes durante os séculos XVIII e XIX decorreu das literaturas científicas circunscritas à História Natural muito difundidas, que se guiaram por passos estilísticos e modos de ver característicos do século XIX, principalmente desencadeadas pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt. La Condamine, por exemplo, era seguidor do pensamento dos Enciclopedistas e, entre 1743 e 1745, empreendeu viagem pelo rio Amazonas até o Oceano Atlântico, cujo relato explicita tanto os traços do desenvolvimento científico europeu da época como também foi marcado pela lenda das Amazonas. Já o olhar do Naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que esteve na Amazônia entre 1783 e 1792, é permeado pelo instrumental metodológico característico da História Natural somados aos princípios classificatórios de Lineu e “*A História Natural*” de Buffon (GONDIM, 2007; RIBEIRO, 2018).

No imaginário europeu da época, a Amazônia sempre foi um mundo incompleto ou com defeitos. Essa visão também permeou o pensamento de importantes intelectuais e escritores brasileiros como Euclides da Cunha (2003), no livro *Um Paraíso Perdido*, de 1905, que surgiu a partir de suas experiências como cartógrafo na definição de limites e fronteiras no Amazonas. Nessa obra, o homem amazônico é visto como intruso numa região em criação, desprovida de história, sendo a região vista como a última página *do gênese*. Essa visão se alinha à imagem que foi construída sobre os povos indígenas da Amazônia desde o início da colonização ao período da economia da borracha, em que os índios eram vistos como um obstáculo a ser superado na extração do látex. Essa visão culminou com a dizimação de grande parte das populações indígenas através de “descimentos”, “guerras justas” e “correrias” (expedições punitivas contra os índios que se opunham à entrada em seus territórios) (SANTOS, 2017; RIBEIRO, 2018).

Djalma Batista (2007), por sua vez, na obra *O complexo da Amazônia* dissemina a imagem da Amazônia (internacional) como região subdesenvolvida por razões socioculturais e geográficas (por ser isolada do restante do Brasil), porém reconhecendo esse território como sendo complexo em termos socioculturais, que refletem processos de (des)ocupação ou de um “vazio demográfico”. Trata-se na visão do autor de uma Amazônia com pouca gente, porém com grande diversidade étnica, cultural e linguística, e razoável diferença econômica, pois cada Amazônia seria própria. No entanto, segundo Aragón (2013), o mito do “vazio demográfico” é uma imagem de Amazônia construída pelo colonizador europeu e, segundo essa visão, a região sempre foi “terra sem ninguém” e que não pertence a ninguém, visão esta que anulava e tornava invisíveis o homem e a cultura amazônica.

Ainda para Djalma Batista (2007) há diversas perspectivas de Amazônia, porém as mesmas se contrapõem e se transpassam em virtude de diversos fatores sociais e circunstâncias históricas. Quanto às populações amazônicas, estas são vistas pelo autor como bárbaros, bugres silvícolas e gentios, expressões muito utilizadas pelos colonizadores e pensadores europeus do período colonial. Essa maneira de pensar sobre os povos locais evidencia o pensamento filosófico europeu que disseminava a ideia de que a nação europeia era o modelo de civilização e que era superior em relação a outras nações.

A chegada do europeu ao território amazônico representou para Djalma Batista a vinda da civilização, cujos missionários religiosos foram cruciais para pacificar, amparar e cristianizar os índios, ações estas vistas pelo autor como tentativas de humanização das populações locais, embora os religiosos tenham utilizado os índios como mão-de-obra na coleta das “drogas do sertão” (BATISTA, 2007). Nessa concepção, a “luta racial” entre o índio e o europeu deu origem ao caboclo e este teria herdado características que seriam indígenas tais como a preguiça, a falta de disposição para o trabalho, despreocupação com o futuro e com os compromissos financeiros.

As imagens de atraso e de “vazio demográfico” foram utilizadas como justificativa para implementação de políticas desenvolvimentistas na região nas décadas de 1960-1970, cujo lema foi “integrar para não entregar” no contexto dos governos militares. A responsabilidade por esse atraso, segundo Djalma Batista (2007), seria dos povos da região. Contudo, Renan Pinto (2005) contrasta essa visão, pois a

Amazônia não se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida em razão de nenhum tipo de fatalidade. Nosso atraso [...] é algo que tem sido produzido por forças

e razões de possível identificação [...]. Existe, portanto, uma produção do atraso, como existe um investimento [...] na manutenção e crescimento das desigualdades (PINTO, 2006, p.31).

Portanto, o “atraso” é reflexo da condução das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia, na segunda metade do século XX, que produziram desigualdades sociais e educacionais (BENTO *et al.*, 2013).

Como se observa, o modo como a Amazônia foi vista, desde o período colonial, evidencia uma narrativa oficial sob a ótica europeia, cuja história da região foi contada a partir de elementos pré-estabelecidos como, por exemplo, cor e religião. Essa narrativa oficial transfigurou-se numa narrativa local, mas que se tornou universal, mediante a dominação colonial. Ao se reproduzir na escola, tornou-a seu lugar de reafirmação, similar aos agentes coloniais, pois impôs saberes metropolitanos e desconsiderou as *histórias locais* (SANTOS, 2017).

Visões críticas e problematizadoras sobre a realidade amazônica precisam ser construídas, não sob olhares externos, mas a partir dos nativos, partindo de visões críticas e questionadoras, sobretudo, a partir do olhar dos povos da Amazônia. Nessa perspectiva, a decolonialidade² é vista como uma possibilidade de superação do olhar europeu sobre a região e de ressignificação da educação no contexto amazônico (SILVA; MASCARENHAS, 2018).

Discutir educação na Amazônia implica a importância de se reconhecer as singularidades e superar os desafios/problemas específicos, e a forma como a região tem sido percebida e representada. A Amazônia se configura como uma região cuja complexidade se materializa na sua territorialidade, pois apresenta composição não apenas dinâmica e diversa, mas ao mesmo tempo singular e plural que ainda precisa ser melhor conhecida e incluída no processo educativo (COLARES, 2011). A educação na Amazônia vincula-se de modo estreito à sua diversidade sociocultural, isto é, às várias formas de condições de vida local, de saberes, valores e práticas sociais e educativas, além da diversidade de sujeitos urbanos e rurais, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. A diversidade amazônica desafia os sujeitos da região a construírem as suas histórias em contraponto às visões e formas de uso da região a partir de uma concepção colonialista, de exploração de recursos naturais da Amazônia e do conhecimento dos povos locais, ainda presentes na concepção de pessoas de outras regiões brasileiras ou países (BENTO *et al.*, 2013; SILVA; MASCARENHAS, 2018).

Portanto, faz-se necessário, no contexto educacional na Amazônia: a desmistificação do pensamento colonial mediante um processo pedagógico que valorize: a riqueza da diversidade, das diferenças locais e dos descendentes dos colonizadores, além do fortalecimento da memória e da cultura dos povos locais; a construção de um currículo que envolva cultura, tradições, memórias, lutas e conquistas dos povos (SILVA; MASCARENHAS, 2018). Outro desafio educacional diz respeito ao modo como a Amazônia, em face de sua complexidade, pluralidade e especificidades, tem sido abordada nos livros didáticos. Quais as imagens do espaço amazônico e de sua diversidade sociocultural? Como essas imagens têm sido apresentadas no livro didático de Geografia do 4º ano do Ensino Fundamental?

As representações geográficas da Amazônia brasileira no livro didático de Geografia do 4º ano do Ensino Fundamental

O livro didático pode ser definido a partir de diferentes perspectivas. Constitui-se num *objeto cultural* altamente elaborado e pode ser definido como um *suporte de conhecimentos escolares* recomendados pelos currículos educacionais, o que implica a presença do Estado em sua elaboração. É o Estado quem implementa critérios para avaliá-los de acordo com os currículos escolares. Os textos didáticos exprimem os conteúdos curriculares e, por essa razão, o livro didático é uma ferramenta na construção dos saberes escolares. Pode-se considerar o livro didático também como *suporte de métodos pedagógicos*, pois é constituído por um conjunto de atividades,

² Campo teórico que busca, através de releituras conceituais, signos e significações, a superação colonialista do pensamento e do conhecimento, inquirindo a colonialidade holística e desmontando as práticas e os discursos hegemônicos (TELES, 2017; NEVES, 2008; SILVA; MASCARENHAS, 2018).

exercícios, possibilidades de atividades individuais ou coletivas e de metodologias de avaliação do conteúdo, articulando conteúdo e método de ensino. Por fim, trata-se também do livro didático como *veículo de um sistema de valores* e ideologias da cultura em dado contexto histórico e sociedade (BITTENCOURT, 2011).

O modo como os conteúdos de Geografia foi tratado nos livros didáticos, ao longo do século XX, se deu por divisões consagradas como Geografia física x Geografia humana (BUENO, 2002). A Amazônia e outras regiões foram tratadas nos livros didáticos de Geografia em 1945, a partir da Divisão Regional do Brasil, enquanto “regiões naturais”, concepção está a serviço dos interesses do Estado, cuja ênfase se dava apenas nas diferenças naturais, excluindo-se as diferenças sociais e políticas. De um lado, essas diferenças não eram vistas como sendo importantes para a consolidação da unidade nacional. Por outro lado, conforme Perides (1991) citado por Bueno (2002), tais diferenças foram “naturalizadas” e as regiões foram reificadas, obscurecendo-se as regiões enquanto constructos sociais e as razões históricas, sociais e econômicas que levaram à diferenciação socioespacial do Brasil. Porém, os limites das “regiões naturais”, segundo a autora, foram adequados conforme os limites das unidades político-administrativas estaduais, sobre cujos recortes territoriais se estabeleceram as políticas estatais de desenvolvimento regional e influenciou, desde então, o modo dos estudantes conhecerem o Brasil, repercutindo na formação da visão que se tem até hoje sobre as regiões brasileiras.

Mesmo após as mudanças ocorridas no Brasil, nos anos 60 do século XX, como a industrialização, a urbanização, as redes de comunicação e transporte, e a criação da nova Divisão Regional do Brasil (com as “regiões homogêneas”³), os conteúdos continuaram coerentes com o discurso oficial do Estado desenvolvimentista e a Amazônia continua sendo tratada de modo semelhante à divisão de outrora, como região norte, por questões didáticas. Ainda predomina a visão de natureza em relação às demais (BUENO, 2002).

Além disso, mesmo com a criação das novas regiões, os aspectos humanos, sociais e naturais continuavam sendo abordados de modo separado. A região era representada a partir de polaridades como civilização x barbárie, correntes desde o período colonial. Esse imaginário sobre a Amazônia associa cidade com civilização e floresta com selvagem. Alinha-se também com o discurso de “vazio demográfico” construído sobre a região e que foi utilizado pelo Estado brasileiro para justificar suas políticas de “desenvolvimento” e “integração” regional nos anos 1960 (BUENO, 2002). Trata-se de uma visão, muitas das vezes, falaciosa sobre a Amazônia, desconsiderando-se as suas singularidades, sua diversidade sociocultural e os seus processos históricos e sociais de formação.

Essas visões adjetivadas ainda têm sido recorrentes nos livros didáticos de Geografia, como é possível observar na análise do livro didático de Geografia da Coleção “Buriti Mais Geografia” (JOMAA, 2017), da Editora Moderna, para o 4º ano do Ensino Fundamental. Esse livro divide-se em quatro Unidades: Unidade 1 – O território brasileiro; Unidade 2 – A natureza brasileira; Unidade 3 – A população brasileira; e, Unidade 4 – População e trabalho.

No início de cada unidade, são apresentadas as habilidades específicas estabelecidas pela BNCC – Base Nacional Comum Curricular (3ª versão), dentre as quais destacam-se: “EF04GE05: Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência” (grifos da autora) (BRASIL, 2017).

No item “Tratado de Tordesilhas”, da Unidade 1, trata-se da demarcação de terras entre Portugal e Espanha na América, porém incorpora a expressão “Novo mundo” muito presente no imaginário europeu daquela época. No capítulo 2 “A divisão política do Brasil”, além de definir, entre outras, a unidade político-administrativa regional “Divisão regional”, estabelecida pelo IBGE, recomenda, entre outras, atividades que demandam dos alunos a referida habilidade estabelecida pela BNCC, de distinguir essas unidades.

No entanto, as regiões são abordadas mais enfaticamente no capítulo 3 “O Brasil e suas regiões”, destacando as cinco grandes regiões criadas pelo IBGE e os conceitos de regiões como objeto da Geografia com base no pensamento da geógrafa Sandra Lencioni. São enfatizadas duas

³ Definidas a partir da articulação entre aspectos naturais, sociais e econômicos, e não somente pelos elementos naturais (BUENO, 2002).

abordagens sobre as regiões: 1) As grandes regiões como Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, definidas pelo IBGE a partir de critérios como ordem natural (vegetação, clima e relevo). Em se tratando da região Norte, esta é apresentada com o seguinte enunciado: “A Região Norte ocupa quase metade do território brasileiro, sendo a região mais extensa. É nessa região que se situa grande parte da floresta amazônica” (JOMAA, 2017, p.30).

No capítulo 3 da Unidade 1 é explicitada outra regionalização, as regiões geoeconômicas (formuladas pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger em 1967), porém não são apresentadas as diferenças entre estas e as cinco grandes regiões. As regiões geoeconômicas foram criadas considerando-se as atividades econômicas e os processos históricos de ocupação do espaço, sendo divididas em três: Amazônia; Nordeste e Centro-Sul. Porém, nesse capítulo não são explicitados os processos históricos e as atividades econômicas características de cada região, que levaram a esta divisão.

Na Unidade 2 “A natureza brasileira”, destaca-se entre as habilidades da BNCC (3ª versão): “EF04GE11: Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na preservação ou degradação dessas áreas” (JOMAA, 2017, p.42). Embora a BNCC estabeleça a identificação de paisagens naturais e antrópicas, observa-se no início desta Unidade ênfase nas paisagens naturais do município de Parintins, Estado do Amazonas, em 2016 e do município de Tarauacá, Estado do Acre, em 2017, entre outros, estando implicada a ideia de exuberância da floresta amazônica.

A ênfase nos aspectos físicos sem relação com os aspectos humanos perpassa todos os capítulos da Unidade 2. No capítulo 1 “O relevo”, dentre outras regiões, enfatiza-se as formas como “depressões” e “planícies”, destacando-se que “a planície amazônica, por exemplo, estende-se principalmente ao longo do Rio Amazonas” (JOMAA, 2017, p.45), ilustrada através de fotografia a “planície amazônica, município de Tefé, Estado do Amazonas, em 2014”. Observa-se ainda que as unidades federativas são abordadas enquanto localização quando, entre as atividades, os alunos são orientados a identificarem as unidades federativas onde vivem.

Um dado interessante é que se trabalha a relação entre ocupação do espaço e relevo, ilustrando-se, como exemplo dessas transformações, a atividade do garimpo em Serra Pelada, no Estado do Pará, na década de 1980. No entanto, não são abordadas outras ações do homem que modificam o espaço na Amazônia e em outras regiões, tais como a pecuária, a atividade madeireira, abertura de estradas e rodovias, e a construção de hidrelétricas, atividades que têm sido muito intensas e impactantes na transformação do espaço amazônico.

No capítulo 2 “A hidrografia”, da Unidade 2, define-se o rio e seus elementos (nascente, foz, afluentes), classificando-os quanto aos períodos do ano (seca e cheia) em “temporários” e “permanentes”, ilustrando-os através de fotografias com legendas como “Rio Negro, município de Novo Airão, Estado do Amazonas, 2017” (JOMAA, 2017, p.53). Quanto aos rios, estes são classificados em “rios de planície” e “rios de planalto”, utilizando-se como exemplo, no caso da Amazônia, o “Rio Tocantins, município de Marabá, Estado do Pará, 2017” (JOMAA, 2017, p.54). A ação humana aqui é tratada quanto aos usos da água no Brasil, porém não são abordados os impactos dessa ação sobre os rios decorrentes de atividades como indústria, mineração, pecuária, agricultura e, entre outras, construção de hidrelétricas, atividades comuns na Amazônia. Na sequência, apresenta-se “a divisão hidrográfica brasileira” e o estudante é inquirido a pensar a Amazônia, como a maior região hidrográfica brasileira, dando ênfase à relação entre água e saúde, porém não são abordadas as relações das pessoas e os modos de vida específicos em suas interações com os rios nessa e em outras regiões brasileiras.

No capítulo 3 “O clima”, caracteriza-se “os climas do Brasil” e suas respectivas regiões, cujos tipos são especializados por regiões no mapa do Brasil. Além disso, não se trabalha as atividades humanas que interferem ou influenciam no clima da Amazônia e outras regiões do país. Já no capítulo 4 “A vegetação”, destaca-se que a floresta amazônica “é uma floresta tropical que ocorre em áreas de clima quente e úmido, como o clima equatorial, que abrange o norte do Brasil. A floresta amazônica tem matas densas, com árvores de grande porte e bem próximas umas das outras” (JOMAA, 2017, p.66), as quais são representadas tanto no passado como no período atual no mapa do Brasil. Dentre as ações humanas que causam impactos às florestas, destaca-se “a devastação do cerrado”, porém a floresta amazônica não é contemplada nessa discussão.

Na Unidade 3 “A população brasileira” evidencia-se, entre outras habilidades da BNCC (3ª versão): “EF04GE02: Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira”; “EF04GE06: Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e quilombolas” (JOMAA, 2017, p.76). No capítulo 1 “Todos nós fazemos parte da população”, a população brasileira é abordada de modo quantitativo tanto no que se refere aos gráficos com total de habitantes quanto à densidade demográfica representada cartograficamente (através de mapa). Vale ressaltar que o item “A população do Brasil distribui-se pelo território de forma irregular” (JOMAA, 2017, p.80), tem como enunciado:

O Brasil é um país bastante populoso, ou seja, tem um grande número de habitantes. No entanto, nosso país não é povoado de maneira uniforme. Isso quer dizer que a população não se distribui de forma regular pelo território: algumas áreas têm elevada concentração populacional, enquanto outras apresentam baixa concentração (JOMAA, 2017, p.80).

Cartograficamente, a Amazônia é representada, em grande parte, com a menor densidade de habitantes por km² (menos de 1,00), com exceção das principais capitais da região que apresentam densidade demográfica variando entre 1,00 a 250,00. Contudo, não são explicitados os processos históricos de ocupação da região que, desde o período colonial às políticas desenvolvimentistas, com os grandes projetos, culminaram com o extermínio de vários povos nativos da Amazônia.

No capítulo 2 “A formação da população brasileira: uma mistura de povos”, da Unidade 3, enfatiza-se o processo de formação da população brasileira como “os primeiros habitantes do Brasil”, com estimativas da população indígena antes da chegada dos europeus ao Brasil, e como essas populações foram escravizadas e exterminadas. Mesmo na litografia de Johan Moritz Rugendas o índio é representado em situação de sujeito passivo e numa postura de subserviência em relação ao colonizador europeu.

No item “A chegada dos africanos escravizados”, o foco é a chegada dos africanos escravizados ao Brasil, entre os séculos XVI e XIX. Observa-se que nenhuma abordagem é feita sobre a chegada desses povos à região Amazônica, na qual foram explorados como mão-de-obra escrava na construção de várias cidades (COLARES; COLARES, 2019), e sobre como esses povos contribuíram com a riqueza cultural da região no que se refere às diferentes manifestações e expressões artísticas e culturais, como a culinária, a música, a dança, a língua, a poesia, a economia e a arquitetura, uma vez que há registros da herança africana na Amazônia (TAVARES, 2011).

Quanto aos povos indígenas na formação do Brasil, estes são abordados no capítulo 3 “Os indígenas brasileiros na atualidade” através de quadros quantitativos que evidenciam, entre 1991 e 2010, o crescimento populacional de índios. Nesse capítulo, aborda-se historicamente a “População indígena no Brasil”, destacando, à época da colonização, o desaparecimento de grande parte dessas populações, e no século XX, o seu crescimento populacional, mais especificamente na década de 1990 quando “o ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral” (JOMAA, 2017, p.88). Por conseguinte, no item “As terras indígenas”, trata-se sobre a demarcação dessas terras, a ameaça aos direitos desses povos e a invasão de seus territórios. Porém, quanto à Amazônia brasileira, onde a maioria das populações indígenas se concentra e têm as suas terras demarcadas, esses povos encontram-se subsumidos.

No capítulo 4 “Os afrodescendentes na atualidade”, da Unidade 3, apresentam-se dados quantitativos e informações sobre os afrodescendentes no Brasil atualmente e no período colonial, bem como sobre as comunidades quilombolas enquanto núcleos de resistência ao regime de escravidão a que o negro foi submetido no Brasil. Os quilombos são representados no mapa do Brasil por unidade federativa para o ano de 2011 (JOMAA, 2017, p.94), contudo o tema não é aprofundado nas regiões brasileiras, inclusive a Amazônia.

A Amazônia é abordada de modo raso no capítulo 5 “A diversidade cultural brasileira”, da Unidade 3, onde são apresentadas as influências indígenas na cultura brasileira. Dentre essas influências, destaca-se, conforme enunciado do texto: “a tapioca, de origem indígena, é muito apreciada em todo o Brasil. A massa da tapioca é feita de goma de mandioca e pode ser recheada com diversos ingredientes, doces ou salgados” (JOMAA, 2017, p.96). Além da tapioca,

abordam-se outras manifestações indígenas como as peças de cerâmica, porém a riqueza de outras manifestações culturais indígenas da Amazônia não é evidenciada.

Na análise da Unidade 4, observa-se que as regiões brasileiras são abordadas de modo genérico e ao mesmo pulverizado, uma vez que são pontuados exemplos isolados para se referir às diferentes atividades, serviços e setores da economia, e aos recursos naturais. Na abordagem dos conteúdos predominam as realidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A ênfase à Amazônia se dá apenas ao nível cartográfico, uma vez que a região é resumida a alguns símbolos nos mapas que retratam a atividade agrícola (p.115), principais rebanhos (p.118) e recursos naturais (p.125).

Nesse sentido, não são abordados: as comunidades tradicionais e ribeirinhas, com seus saberes, habilidades e modos específicos de como se organizam socialmente e gerenciam os recursos naturais, bem como de que forma se adaptam e resistem aos impactos desencadeados pela fronteira do capital na região, considerando-se os movimentos sociais e a conquista dos seus direitos na década de 1980 (LIRA; CHAVES, 2016); a diversidade de recursos naturais da Amazônia; as atividades e produção dos saberes dos pescadores na Amazônia, e os impactos desencadeados tanto social e ambientalmente quanto em suas identidades e atividades da pesca pelos avanços da fronteira do capital e pela implementação dos grandes projetos na Amazônia (POMPEU; RODRIGUES; DAMASCENO, 2019).

Considerações finais: da Amazônia como região natural à sua naturalização

Ao longo de mais 500 anos, a Amazônia tem sido o centro de interesses econômicos e da atenção de diferentes atores sociais como viajantes naturalistas, cronistas, intelectuais, escritores literários, movimentos sociais, transitando por diferentes campos e linguagens da filosofia, da literatura, da mídia e do livro didático. O livro didático é uma das mediações que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem (BITTENCOURT, 2011) da Geografia escolar. O currículo, o ensino e o livro didático são dimensões fundamentais do processo de construção do modo de pensar geográfico, pois nesta obra devem ser articulados as competências, habilidades e os conteúdos.

Contudo, se no período colonial a imagem da Amazônia figurou como “Eldorado”, nos séculos após a sua colonização, a região figurou, mesmo entre intelectuais e escritores brasileiros, como “Inferno Verde”, “Paraíso Perdido”, “Fantástica” e, ao mesmo tempo, “Misteriosa”, além de “Vazio demográfico” ou uma região atrasada. Essas representações sobre a região chegaram a ser recriadas para justificar o controle e a dominação sobre a região.

As imagens da região que predominaram nos livros didáticos de Geografia do século XX, tornaram este um dispositivo reprodutor do discurso de grupos dominantes como, por exemplo, os europeus do período da colonização, e do Estado brasileiro das políticas desenvolvimentistas. No século XXI, embora muitas dessas expressões não se façam presente nas produções de livros didáticos da área, a Amazônia ainda é abordada com muitas adjetivações. Encontra-se subjacente em seu conteúdo as diferentes imagens que foram construídas sobre a região desde o início de sua conquista e colonização pelos portugueses.

A análise do livro didático da coleção “Buriti mais” (JOMAA, 2017) evidencia que a região ainda é abordada de modo superficial, pois a sua diversidade sociocultural e os seus processos históricos de formação territorial não têm sido contemplados. Portanto, a Amazônia ainda tem sido trabalhada no livro didático de Geografia, da referida coleção, como: 1) “Natureza da Amazônia”, propriamente dita, cuja ênfase maior tem sido sobre suas paisagens naturais, seus rios, relevo e hidrografia, corroborando com a percepção da região como exuberante, exótica e, ao mesmo tempo inóspita; 2) a “Naturalização da Amazônia”, quando não se evidencia a dialética dos processos sociais e econômicos que culminaram com o seu tão alardeado “atraso” e “vazio demográfico”. Ou seja, não é trabalhada a natureza histórica, sociocultural e territorial da região.

No livro didático em questão a construção do conhecimento sobre a Amazônia pelo estudante se dá a partir de uma visão polarizada desta região, pois as relações Sociedade-Natureza são abordadas de modo separado, não sendo considerada a dialética dessas relações, implicando assim uma ruptura na aprendizagem do estudante. Essa visão expressa a própria dicotomia sobre o

paradigma Sociedade-Natureza que predominou no discurso geográfico, do século XIX ao XX.

O desafio que ainda se coloca para as escolas da região, quanto aos livros didáticos de Geografia, é o seguinte: se a Amazônia é estratégica para o desenvolvimento regional e do Brasil, como abordar a região pedagogicamente na escola, a partir de um olhar não eurocêntrico, que respeita e valoriza a sua diversidade sociocultural e não a dicotomiza (Sociedade *versus* Natureza)? Como promover o pensamento geográfico do estudante sobre a região se os livros didáticos de Geografia, ainda abordam outras realidades regionais, deixando de lado a Amazônia ou mesmo abordando-a com um discurso raso e fragmentado?

Referências

ARAGÓN, Luís Eduardo. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar**. Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec Editora, 2013. 324 p.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 42, v. 21, p. 14-33, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Ed. Valer, Edua e Inpa, 2007. 408 p.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.53, v. 19, p.71-86, 2005. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BELTRÃO, Jane Felipe; LIMA, Antônio Carlos de Souza. Amazônias sob novos olhares. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Orgs.). **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 8-9.

BENTO, Maria Aparecida da Silva *et al.* A Educação na Região Norte: apontamentos iniciais. **Amazônica: Revista de Antropologia (ARA)**, Belém, n.1, v. 5, p. 140-175, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BITTENCOURT, Circe M. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011. 408p.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2002.

CRULS, Gastão. **A Amazônia Misteriosa**. São Paulo: Saraiva, 1957.

COLARES, Anselmo Alencar. História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-Metodológicas: Críticas e Proposições. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 43e, v. 11, p.187-202, out., 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A escola transformando vidas de mulheres negras, ribeirinhas, na região fronteira Brasil-Bolívia em meados do século XX, **Educação Unisinos**, São Leopoldo, n.1, v. 23, p. 105-123, jan./mar., 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set., 1987.

CUNHA, Euclides da Cunha. **Amazônia, um paraíso perdido**. Manaus: Valer/EDUA, 2003.

DEBARBIEUX, B. Les problématiques de l'image et de la représentation en géographie *In*: DI MÉO, G. **Géographie Sociale et territoires**. Paris: Éditions Nathan, 1998.

DENCKER, Ada de Freitas Manetti e VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Paulo César da Costa. Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas representações. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço e Cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.187-209.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007. 340p. (Série: Memórias da Amazônia).

JOMAA, Lina Youssef. **Buriti mais: Geografia: manual do professor**. São Paulo: Moderna, 2017. 144p.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, n.1, v.17, p.66-76, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes>. Acesso em: 30 ago. 2020.

NEVES, Lino João de Oliveira. O. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. **E-cadernos ces**, Coimbra, v. 02, n. 1, p. 1-6, dez. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1302>. Acesso em: 20 set. 2020.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. Manaus: Ed. Valer/Prefeitura de Manaus, 2006. 262p.

POMPEU, José Carlos Vanzeler; RODRIGUES, Doriedson do Socorro; DAMASCENO, Alberto. Trabalho, identidade e produção de saberes de pescadores no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-Pará: análise a partir de uma comunidade ribeirinha amazônica. **Boletim Técnico Senac**, Rio de Janeiro, n.1, v.45, p.173-186, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts>. Acesso em: 10 out. 2020.

RIBEIRO, Adelino Antônio da Silva. **Olhares inexplorados sobre a Amazônia no ensino de física: uma abordagem da história da ciência e da tecnologia na Amazônia com ênfase nos relatos dos naturalistas**. 2018. 580f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Sociais e Filosofia, UFAM, Manaus, 2018.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas. *In*: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Org.). **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p.27-41.

SILVA, Adan Renê Pereira da; MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. Implicações do pensamento decolonial para a Educação Amazônica. **Revista Multidebates**, Palmas, n.2, v.2, set., 2018, p.202-218. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista>. Acesso em: 20 jul. 2020.

STREINBRENNER, Rosane Albino. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos

“fantasmas” da Amazônia). In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs.). **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: EdUA, 2009, p.19-40.

TAVARES, Maria Goreth da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 2, v. 15, p.107-121, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TELES, Tayson Ribeiro. Mudar o discurso: por uma decolonialização da mente docente na Amazônia. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, n. 2, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/3590>. Acesso em: 20 set. 2020.

Recebido em 26 de outubro de 2021.

Aceito em 21 de novembro de 2022.